

Percursos Geográficos de Maria do Carmo Corrêa Galvão, organizado por Gisela A Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, Rio de Janeiro: Lamparina e PPGG/UFRJ, 2009, p. 240. ISBN 978-85-9871-71-2.

É preciso louvar a publicação do livro. Necessário a todos que se dedicam ao estudo da Geografia Agrária e aos interessados pelo Estado do Rio de Janeiro, como recorte espacial para pesquisa; importante aos que valorizam a abordagem integradora da Geografia, sem dicotomias entre os aspectos naturais e sociais; preciso na oportunidade de homenagear uma profissional, cuja obra é muito mais ampla do que os artigos e capítulos de livros reunidos nesta coletânea. De resto, leitura obrigatória para todos.

Maria do Carmo Galvão tem sido, antes de tudo, uma formadora. Seu trabalho como professora, pesquisadora, orientadora e coordenadora constitui esteio fundamental na formação de muitas gerações de geógrafos e no desenvolvimento de núcleos de pesquisa, bem como dos cursos de mestrado/doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua influência marcante na organização e divulgação dos estudos de Geografia Agrária no Brasil é reconhecida por todos.

Para mim, como seu ex-aluno eternamente grato pelos ensinamentos recebidos, é uma honra apresentar essa resenha, dando prosseguimento à homenagem que a obra analisada representa.

A preciosa interação ensino/pesquisa e a importância do trabalho de campo, não como empiria vazia de teoria, mas sim um real pensado, percebido após longas preparações e discussões teóricas sobre aquilo que se buscava com aquela atividade, têm sido preocupações constantes da professora. Nas palavras das organizadoras do livro "... uma prática de pesquisa viva, impregnada por indagações propiciadas no decorrer de sua própria realização ..." (p. 9). O método da pesquisa assim se anunciava: um fazer fazendo, em permanente reelaboração.

Outra preocupação a perpassar toda a obra é o "interesse e empenho por estudos integrados do meio físico e organização social, do ponto de vista geográfico" (p. 118), que é melhor explicitada na discussão levantada sobre o ambiente, antes da ECO-92, embora no mesmo ano. A autora escreve: "Ao tratar e questionar o ambiente, a geografia retoma em cheio sua bagagem e suas origens" (p. 116). Ao explicitar a abrangência conceitual de ambiente (e não meio ambiente) como estímulo à interdisciplinaridade, ela alinha-se ao que havia de mais atual e vanguardista nas discussões sobre ambiente e questões ambientais. Infelizmente, até hoje essa perspectiva não é majoritária – ainda domina uma visão restritiva de ambiente na qual o *meio ambiente* é sinônimo de ambiente físico. Portanto, mais uma vez, o discurso de Maria do Carmo Galvão mostra-se atual e necessário.

Sobretudo a seriedade e responsabilidade profissional, como marcas de sua atuação, servem de modelo a todos que desejam lidar com a Geografia.

Fazer a resenha de um livro tão bem apresentado pelas editoras Gisela Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho que, em verdade, na apresentação "O desafio de uma homenagem" já bem efetuam essa ação, enquanto destacam as qualidades da professora e pesquisadora muito justamente colocada como um dos maiores nomes da Geografia brasileira. Pouco escapou a essas queridas colegas, também ex-alunas de Maria do Carmo.

Até da professora “... agarrada à porta da cabine de um caminhão em movimento para explicar a paisagem ao grupo de alunos sentados na carroceria ...” (p. 10) elas falaram... Restou-me aconselhar enfaticamente a leitura do livro, didático na apresentação, mas destacando a simplicidade da linguagem da autora em que se percebe o profundo conhecimento tanto sobre as teorias e métodos relacionados à Geografia Agrária quanto da maneira de utilizá-los na pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro a ocupar a maior parte do livro.

A Obra

O Estado do Rio de Janeiro é fortemente marcado pelos efeitos da metropolização irradiados a partir de seu núcleo metropolitano, a capital, que, ao longo da história, tem vivido bastante desconectada do interior. Os efeitos da metropolização abarcam múltiplas dimensões no espaço geográfico fluminense (naturais, sociais, políticas, econômicas) e se refletem no conjunto do estado (e além dele), criando novas problemáticas geográficas - frutos de tais interações - que, ao serem desvendadas, podem auxiliar a fundir espaços que a história vem separando.. Este assunto é uma das ideias-base desenvolvidas pela autora.

Como se manifestam as transformações espaciais (formais, funcionais e estruturais), incluindo as alterações da paisagem, e como são produzidas as sucessivas geografias que marcam o Estado do Rio de Janeiro? Tais questionamentos atravessam a obra de Maria do Carmo Galvão que ora resenhamos.

Embora enfatize o Estado do Rio de Janeiro (capital e interior), o livro tem seus dois primeiros textos dedicados ao estudo de temáticas brasileiras: “Características da Geografia dos transportes no Brasil” (de 1966) e “Características gerais da geoeconomia e da geopolítica nacionais” (1972). Em ambos, a autora demonstra cabalmente seus conhecimentos sobre a realidade brasileira. No primeiro texto, chama atenção para os equívocos das políticas de transporte encetadas pelos governos de então (infelizmente, tais equívocos permanecem até hoje). Estabelece uma acurada relação entre o ambiente natural e o traçado da rede, relacionando-o com os focos de povoamento, a economia de exportação e o uso extensivo da terra. Tudo muito bem embasado em dados, mapas e tabelas.

No segundo texto, subdividido em vários itens, demonstra acreditar no planejamento que dominava a política espacial do estado autoritário àquela época, destacando ser necessário combater os desequilíbrios regionais através da implantação de políticas de integração nacional e de desenvolvimento de novas vias de circulação.

Os nove textos seguintes versam sobre a Geografia do Rio de Janeiro – cidade, região metropolitana e o estado, como um todo.

No terceiro texto do livro – “Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro” – escrito em 1992 e referindo-se à cidade, a autora faz todo um aprofundamento teórico a respeito da discussão das relações sociedade-natureza pela Geografia. Aí explicita, mais uma vez, sua crítica à forma dualista de perceber tais relações quando o ambiente é reduzido à dimensão físico-material, taxando de equivocada essa concepção. Aponta, a seguir:

Há de se repensar a concepção de ambiente como *produção social* (grifo da autora) que efetivamente é, com todas as interações econômicas, sociais e políticas engendradas pela sociedade no processo de sua construção histórica; repensá-lo em termos de valorização de recursos e qualidade de vida. (p. 69.)

Para a autora, ambiente é, concomitantemente, espaço e tempo, natural e social, entidade concreta e representação. Toda essa reflexão, inserida no pensamento geográfico (ao remeter-se aos fundadores da Geografia acadêmica), é contextualizada na cidade do Rio de Janeiro com a harmonia e os conflitos em seu modelado urbano e a luta pelo espaço que aí se realiza.

O quarto texto, “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”, escrito em 1986, se refere a uma pesquisa sobre as transformações do espaço agrário fluminense sob o impacto da economia urbano-industrial articulada a novas formas de divisão social e territorial do trabalho. Nesse artigo, focaliza a estrutura espacial do Rio de Janeiro, identifica suas contradições e levanta questões para reflexão e debate relacionadas ao papel do Estado como agente modelador do espaço. A autora destaca uma problemática de fundo, que só muito recentemente parece começar a ser ultrapassada, ao escrever:

O Rio de Janeiro foi sempre um espaço dividido: o Estado do Rio de Janeiro cresceu ao lado da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, cidade e estado de mesmo nome constituíram um espaço esgarçado pela pressão de forças e interesses opostos que nem o mercado urbano carioca nem a função metropolitana dessa grande cidade conseguiram integrar.

O artigo seguinte, “A mineração na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma nota geográfica”, o quinto do livro, é de 1992 e está inserido num ciclo de debates do Instituto de Geociências da UFRJ. Focalizando principalmente a indústria oleira, demonstra em perspectiva histórica como se dá a distribuição da matéria-prima necessária a essa indústria; qual é a estrutura socioeconômica do processo produtivo relacionado a essa indústria; e como se expande a mancha urbana, considerada força propulsora e limitadora da atividade oleira. Levanta ainda novos questionamentos e indagações a respeito dessa indústria, bem como a questão habitacional urbana.

O sexto artigo do livro, e quarto texto da série sobre o Rio de Janeiro, trata do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho produzido em 1989, que se refere ao período 1986-1988, tendo como documentos as notícias publicadas em periódicos a respeito das intrincadas discussões políticas sobre a localização desse empreendimento. A autora discute muito bem o emaranhado das disputas entre grupos industriais e políticos, e a definição pela localização junto à baía de Sepetiba naquela ocasião. Ainda não se cogitava a construção do Polo em Itaboraí, o que finalmente acabou acontecendo.

O sétimo artigo discute “A zona industrial antiga do Rio de Janeiro” (de 1965). Nele é demonstrado como se afiguram importantes os fatores de localização fabril na velha cidade e o tipo de indústria que se desenvolveu em cada zona da urbe carioca. Destaca a zona portuária e o bairro de São Cristóvão como localizações iniciais para a grande

indústria. A indústria têxtil aparece disseminada pela cidade. Indústrias mais recentes (para a época) já terão localizações influenciadas pelas ferrovias (que já eram importantes na segunda metade do século XIX) e principalmente pelas rodovias. A perspectiva histórica do estudo permite comparar as localizações fabris antigas com aquelas das indústrias mais recentes, na década de 1960.

O oitavo artigo, também datado de 1965, intitula-se “Os novos eixos de circulação e a transformação da fisionomia urbana do Rio de Janeiro”. A autora destaca a importância da drenagem das baixadas para a expansão do povoamento e da agricultura, e a ocupação dos morros como áreas residenciais. Demonstra como o espaço da metrópole foi sendo construído, baseado na expansão dos meios de transporte, abertura de túneis e construção de novos aterros. Quando a cidade completava 400 anos de existência, Maria do Carmo escreveu:

Com todas as ampliações do espaço urbano, progressos na urbanização e modificações na rede de comunicações, pode-se hoje falar num novo Rio, um Rio que reflete o ritmo de crescimento de sua população e a importância econômica e social de uma grande metrópole.

“Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca” (de 1963) constitui o nono artigo do livro. Pode ser dividido em três partes distintas: as condições naturais em que a agricultura se expande, a evolução da paisagem agrária e a evolução da propriedade. A autora faz um retrospecto histórico das atividades agrícolas nas baixadas, piemonte e serras do então Estado da Guanabara, demonstrando a importância do relevo, do mercado e da especulação imobiliária como fatores determinantes da expansão e recuo da atividade agrícola no atual município do Rio de Janeiro.

O décimo artigo, apresentado no livro “O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha”, baseia-se numa excursão aos municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí, no (antigo) Estado do Rio de Janeiro, e aos (então) distritos de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, no Estado da Guanabara. Nele, Maria do Carmo Galvão dá prosseguimento à temática do artigo anterior, desta feita enfatizando o verdadeiro confronto entre as racionalidades rural e urbana na luta pelo espaço em áreas que vêm servindo para a expansão do espaço construído da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O último artigo, “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária”, baseia-se na conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Florianópolis, no ano de 1988. Aqui, Maria do Carmo Galvão chama atenção para o valor intrínseco do trabalho do geógrafo e para o significado de seu reatamento no plano social (p. 224). Faz um retrospecto dos ganhos metodológicos obtidos pelos Engas até então, e depois critica a forma reducionista como o materialismo, em sua abordagem estruturalista e economicista, estava sendo efetuado na Geografia agrária. Destaca alguns pontos que, concomitantemente à crítica de tal abordagem, apontam direções para onde a investigação deve prosseguir. Apresenta como propostas de discussão esclarecedoras desse rumo: superação do exclusivamente agrário para abranger o rural; superação de preconceitos relativos ao espaço agrário como espaço inerte e sujeito a intromissões ou ações do urbano, em vez de entidade dotada de dinâmica própria, representações autênticas, e capaz também de propor ou criar caminhos para seus pro-

blemas; superação da oposição campo x cidade, como entidades distintas relacionadas apenas em termos de produção e consumo, admitindo-se para sua compreensão e seu estudo referenciais amplos e integradores, e exemplo da concepção de espaço como totalidade ou a perspectiva da percepção; superação de referenciais estruturalistas convencionais e/ou esquemas analíticos tradicionais pelo resgate de abordagens e óticas mais abrangentes –política, gestão do território – fazendo emergir o Estado, a empresa, forças sociais diversas e o próprio espaço, como agentes e atores do processo espacial; superação de problemas referentes a questões de escala; reflexão quanto à prática social da investigação, que implica tornar viáveis ou exequíveis os resultados da pesquisa geográfica.

Esses verdadeiros compromissos de renovação da Geografia Agrária, embasados em ótimo/diversificado referencial bibliográfico, servem como mais um dos muitos legados que Maria do Carmo Galvão nos deixa. Não é necessário concordar com alguns nem com todos eles para refletir e dialogar com tais formulações, ao se pensar sobre a questão agrária e as possíveis contribuições da Geografia Agrária à mesma.

Enfim, a excelente seleção de trabalhos efetuada pelas editoras serve como panorama fiel da obra escrita por Maria do Carmo Galvão, sua maneira de pensar a geografia, o espaço e o trabalho dos geógrafos.

Como dissemos no início, o livro é leitura obrigatória para todos que pensam o fazer geográfico como prática dinâmica e uma das mais necessárias formas de contribuição para a compreensão do mundo em que vivemos.

João Rua

***150 anos de Subúrbio Carioca*, por Nelson Nóbrega e Márcio Piñon Oliveira, Rio de Janeiro: Editora Lamparina e UFF, 2009, p. 240. EdUFF 978-85-228-0568-6, ISBN 978-85-98271-75-0**

Há mais de 40 anos o “subúrbio” carioca espera que se lhe escrevam outras histórias e outras geografias. Os termos “subúrbio” e “suburbano” são estigmatizados desde o princípio do século XX, quando as áreas que designam passaram a abrigar a maior parte da população de mais baixa renda devido ao desenvolvimento de um novo processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Assim, esses termos ganharam uma conotação negativa e são utilizados para fazer referência aos bairros da cidade que se formaram ao longo das linhas férreas e seus moradores.

Embora a geógrafa Maria Therezinha de S. Soares, em meados da década de 1960, tenha chamado atenção para a existência de um “conceito carioca de subúrbio” no Rio de Janeiro (ou seja, que os referidos termos estavam associados a conotações particulares na cidade), acabou adotando ela própria esse conceito ao escrever sobre os “bairros suburbanos” ainda na mesma época. De fato, só com a dissertação de Nelson da Nóbrega Fernandes, em 1995, iniciou-se um processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio”. Em sua dissertação, *“O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio no Rio de Janeiro”* (no prelo), Fernandes nos mostra como a palavra “subúrbio” passou a ser usada fora de seu conceito habitual (áreas distantes do centro da cidade) nessa cidade para denominar uma área ocupada por população de baixa renda. Ou seja, “subúrbio” sofreu